

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/11/2013 - Edição 930

Próximo Congresso Nacional dos Vigilantes já tem data marcada

Delegados do Congresso Nacional Extraordinário da CNTV decidiram, por unanimidade, a data do próximo Congresso Ordinário Eleitoral. Nos dias 30 e 31 de janeiro dirigentes de sindicatos e federações de vigilantes de todo o país, filiados à CNTV, se reunirão em Brasília (DF) para debater temas relevantes para a categoria e eleger nova diretoria para os próximos quatro anos.

“Como sempre os delegados tomam uma decisão sábia

mirando no fortalecimento da luta da categoria e nos desafios que temos pela frente, a exemplo da luta pelo piso nacional, contra o calote e pelo efetivo reconhecimento e valorização do vigilante. A realização de dois congressos em um prazo curto é reflexo de um ajuste regimental, bem como da real necessidade de legitimar a direção que tem a responsabilidade de conduzir os rumos da categoria”.

Fonte: CNTV

Congresso Nacional Extraordinário da CNTV – Leia, nos boletins dessa semana, as matérias sobre o Congresso. Parte I.

Dirigentes Sindicais debatem conjuntura internacional e nacional no 2º Congresso Nacional Extraordinário da CNTV

Dirigentes de entidades sindicais que representam vigilantes de todo o país estão reunidos a partir desta quarta-feira (30) no Hotel Jangadeiro, em Recife (PE), para debater assuntos de interesse de toda a categoria, como a Copa do Mundo de 2014, o Projeto de Lei 4330 e o Estatuto da Segurança Privada. O encontro segue até sexta-feira (1º) e também tem em pauta a prestação de contas e assuntos internos da Confederação.

A mesa de abertura contou com a participação do secretário de Imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr; Graça, do Dieese, André Luz Negromonte, Superintendente Regional do Trabalho de Pernambuco; José Boaventura, presidente da CNTV; João Paulo Lima e Silva, deputado federal e ex-prefeito de Recife; José Inácio Cassiano de Souza, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco; Emmanuel Correia, representante do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância e o

presidente da CUT-PE, Carlos Veras.

Em seguida, a conjuntura nacional e internacional, além das influências diretas e indiretas desses acontecimentos na luta da classe trabalhadora e da categoria de vigilantes, foram debatidos por convidados. Participaram da discussão o deputado federal e ex-prefeito

de Recife, João Paulo Lima e Silva; a presidente da CUT-PR, Regina Cruz; o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Sérgio Goiana; o presidente da Federação dos Vigilantes do Rio Grande do Sul, Claudiomir Brum; e o presidente da Federação dos Vigilantes de Santa Catarina, Luiz Carlos da Silva. O debate foi intermediado pelo presidente da CNTV, José Boaventura.



Vigilantes aprovaram, por unanimidade, data para o Congresso Ordinário Eleitoral: dias 30 e 31 de janeiro, em Brasília (DF)

Fonte: CNTV

CNTV na Colômbia: Protesto contra a Brinks e planejamento da luta comum na América Latina



Bogotá: Seminário de avaliação da organização e luta dos vigilantes da América Latina

O presidente e o secretário de Relações Internacionais da CNTV participaram nos dias 17 e 18 de outubro em Bogotá, na Colômbia, de um seminário de avaliação da organização e luta dos vigilantes da América Latina e no mundo. Organização e fortalecimento dos sindicatos, respeito a direitos, melhores condições de trabalho

e salário, acordos globais, solidariedade entre os trabalhadores dos diversos países, entre tantos outros, foram temas discutidos no encontro que reuniu sindicatos de vigilantes da Colômbia, do Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Peru.

O evento foi coordenado pela Uni Sindicato Global e contou com convidados como Sask, da Finlândia,

além de uma organização holandesa. Logo no primeiro dia do encontro os participantes do seminário realizaram um protesto diante da base da Brinks e denunciaram as constantes práticas antissindicais da empresa, como a perseguição ao Sintrabrinks, sindicato que representa os vigilantes da empresa naquele país.

No encontro foi aprovada a entrega de uma denúncia à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no dia 19 de novembro em Madri, com a realização de atos em todos os países denunciando as práticas antissindicais e a perseguição aos trabalhadores também pela multinacional Prosegur. Neste momento, os vigilantes e o Sindicato dos Vigilantes do Espírito Santo são exemplo na dura luta contra o banco ladrão (banco de horas) e por dignidade no trabalho.

Fonte: CNTV

CNTV e Sindicato de Minas reúnem-se com o Banco do Brasil para debater segurança



O presidente da CNTV, José Boaventura, juntamente com a diretora Regina Perpétua e do presidente do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, Romualdo Alves Ribeiro, entregaram dois documentos

a diretores do Banco do Brasil no dia 22 de outubro. Lá, os dirigentes sindicais cobraram mudança urgente no trato dos direitos dos vigilantes empregados das empresas de vigilância contratadas pelo BB, além da garantia do pagamento dos salários, direitos e condições de trabalho dignas.

Entre as principais reivindicações dos vigilantes apresentadas ao banco estão o pagamento direto de salários; retenção de parte da fatura mensal e depósito em conta bloqueada para garantir o 13º, férias, rescisão, entre outros; recolhimento direto do FGTS dos vigilantes; e pagamento das rescisões pelo banco das empresas

quebradas, cabendo ao banco cobrar da empresa o ressarcimento.

Hoje, vigilantes que prestam serviço para o banco e que são contratados pela Protex do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Guardiões, na Bahia, e empresas de São Paulo, estão enfrentando problemas para receber seus salários. “Isso sem contar os milhares que estão brigando na justiça contra as caloteiras que já quebraram e contra o banco para receber seus direitos. Continuaremos ao lado dos trabalhadores e faremos tudo o que for possível para que essa falta de vergonha chegue ao fim”, afirmou Boaventura.

Fonte: CNTV

Simpósio abordará temas polêmicos da questão sindical



Estão abertas as inscrições para o Simpósio Organização e Garantias Sindicais, que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) promove em 25 de novembro. O encontro reunirá entidades sindicais patronais e de empregados, advogados, juristas, magistrados, especialistas em relações de trabalho e membros do Ministério Público para discutir temas polêmicos ligados à questão sindical. Quatro painéis já têm temas definidos. O tema do último painel será definido em votação pela internet.

A proposta principal do simpósio é reunir a pluralidade de ideias sobretudo sobre situações ainda não sedimentadas tanto na legislação quanto na jurisprudência. Entre eles, estão as disputas sobre representatividade, o impacto das mudanças nas formas de produção sobre a estrutura sindical

brasileira, competência da Justiça do Trabalho em relação aos conflitos intersindicais – tema recente sobre o qual ainda não se tem jurisprudência consolidada – e critérios para desmembramento de categorias. Vários desses temas vêm sendo trazidos ao TST pelas próprias entidades da sociedade civil, o que sinaliza a necessidade de discussão.

Painéis

Ao longo do dia, os expositores participarão de cinco painéis. Os temas já definidos são: perspectivas das organizações sindicais em face das mudanças do modo de produção; garantias dos dirigentes sindicais e proteção em face dos atos antissindicais; conflitos de representatividade sindical: critérios para a definição da legitimidade; e negociação coletiva e atuação judicial.

Enquete

Para o último painel, o tema será decidido por meio de enquete via internet. Os participantes podem votar no site do TST, até 11 de novembro, para escolher um dos três assuntos: terceirização e organização sindical, direito de greve e negociação coletiva no serviço público e direito fundamental e greve em atividades essenciais.

Fonte: TST

Polícia Federal alerta para a função de guarda noturno

Após o presidente do sindicato dos vigilantes fazer o alerta em reportagem do JORNAL DE UBERABA, agora é a Polícia Federal que faz recomendações sobre o assunto. Segundo a delegada da Polícia Federal, Karen Cristina Dunder, os motociclistas que fazem o serviço de guarda noturno na cidade desempenham tal atividade de forma irregular, o que é crime e coloca a população em risco.

A delegada Karen esclarece que a Constituição Federal (CF) prevê que a Polícia Militar (PM) seja a instituição que deve fazer policiamento ostensivo na cidade, nas ruas e logradouros, ou seja, essa é uma atividade exclusiva da PM. Segundo, quem exercer tal função está cometendo um crime de usurpação de função pública. “A Polícia Federal faz o controle, inclusive com fiscalizações, seja em escola de formação de vigilantes, seja no registro dos vigilantes. Para atuar na categoria de vigilantes há uma série de requisitos como: fazer curso de formação em uma escola credenciada, apresentar uma série de documentos provando que está apto para exercer a função”, explica.

A delegada da PF ressalta que para ser vigilante, armado ou não, há uma série de classificações e várias atribuições, pois há vigilância local que não demandam de armamento, vigilantes pessoais que fazem a segurança pessoal das pessoas. “É uma atividade de segurança e al-

guns andam armados, por isso tem que haver controle para não ter arbitrariedade e não correr o risco de contratar uma pessoa despreparada. As casas noturnas têm que ter cautela no momento da contratação, basta entrar em contato na PF e informar se a empresa está credenciada”, acrescenta.

Guarda noturno – A delegada da Polícia Federal, Karen Cristina Dunder, alerta que o guarda noturno não é uma função regulamentada e nunca foi vigilante. A delegada lembra que o guarda noturno usurpe a função da Polícia Militar. “A partir do momento que ele propõe tomar conta de uma rua ele está usurpando a função, que é crime de usurpação de função pública, porque ele não é vigilante. Nós recebemos denúncias e encaminhamos para a Polícia Civil. O alerta é não contratar essas pessoas que não possuem habilitação profissional, pois é uma forma de garantir a própria segurança. A população deve ficar atenta e toda vez que surgir situações como estas, duvidosas, basta comunicar na Polícia. Contratar um guarda noturno a população corre o risco de contratar um criminoso, pois ele tem acesso a sua rotina, sabe qual o horário que as pessoas chegam em casa, ou esse guarda noturno pode passar informações rotineiras de uma família”, adverte.

Fonte: Jornal de Uberaba

